

Prova de Contabilidade Pública TRT 20 comentada



ANALISTA JUDICIÁRIO TRT 20ª REGIÃO (Sergipe)

Pessoal, disponibilizo a seguir os comentários das nove questões exigidas no concurso do TRT 20ª Região para Analista Judiciário (Contabilidade). Os comentários foram realizados pela nossa equipe composta além de mim pelos companheiros Rodrigo Moreira e Fernando Morgental.

A prova estava tranquila, sem maiores complicações. Todos os conhecimentos necessários para resolver a prova estavam contemplados em nossos cursos. Tenho certeza que nossos alunos realizaram uma excelente prova! Não encontramos espaço para recursos.

Bons estudos!

Gilmar Possati
prof.possati@gmail.com



Curta a nossa página e fique ligado(a) em todas as nossas atividades.
www.facebook.com.br/profgilmarpossati

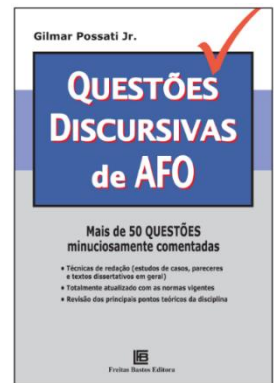


Inscreva-se no nosso canal no YouTube: **Contabilizando**



Siga-me no **Instagram**: @profgilmarpossati

P.S. Para quem se interessar, está disponível nas principais livrarias online um livro de minha autoria de Questões Discursivas de AFO.



P.P.S. Aliste-se no nosso “**Exército Contábil**”. Estamos montando uma lista de alunos interessados em receber atualizações, dicas, conteúdos relevantes entre outras informações que de fato agreguem valor na sua preparação. Tudo de forma gratuita e exclusiva. Já temos centenas de alunos cadastrados.

Link para alistamento: <http://eepurl.com/cr18YT>



1. (FCC/Analista Judiciário/Contabilidade/TRT20/2016) Determinada sociedade de economia mista recebeu, no exercício de 2015, do ente controlador recursos financeiros destinados ao pagamento de despesas de pessoal e de custeio em geral, no valor de R\$ 37.500.000,00. Considerando a destinação dos recursos transferidos pelo ente controlador, é correto afirmar que trata-se de uma empresa estatal

- (A) dependente e está sujeita apenas as regras da contabilidade privada.
 - (B) independente e está sujeita as regras da contabilidade orçamentária e patrimonial.
 - (C) dependente, mas não está sujeita as regras de contabilidade aplicada ao setor público.
 - (D) independente cujos recursos financeiros repassados pelo controlador contribui para evitar prejuízos na empresa.
 - (E) dependente e está sujeita as regras da contabilidade privada e da contabilidade aplicada ao setor público.
-

Vamos ver o que abordamos na aula 0 do nosso curso:

Se a pessoa de direito privado for uma empresa estatal, ou seja, uma empresa pública ou uma sociedade de economia mista, ela somente aplicará a CASP se for uma empresa estatal dependente.

E o que é uma empresa estatal dependente? A LRF em seu art. 2º nos responde:

Empresa Estatal Dependente: empresa controlada que receba do ente controlador recursos financeiros para pagamento de despesas com pessoal ou de custeio em geral ou de capital, excluídos, no último caso, aqueles provenientes de aumento de participação acionária

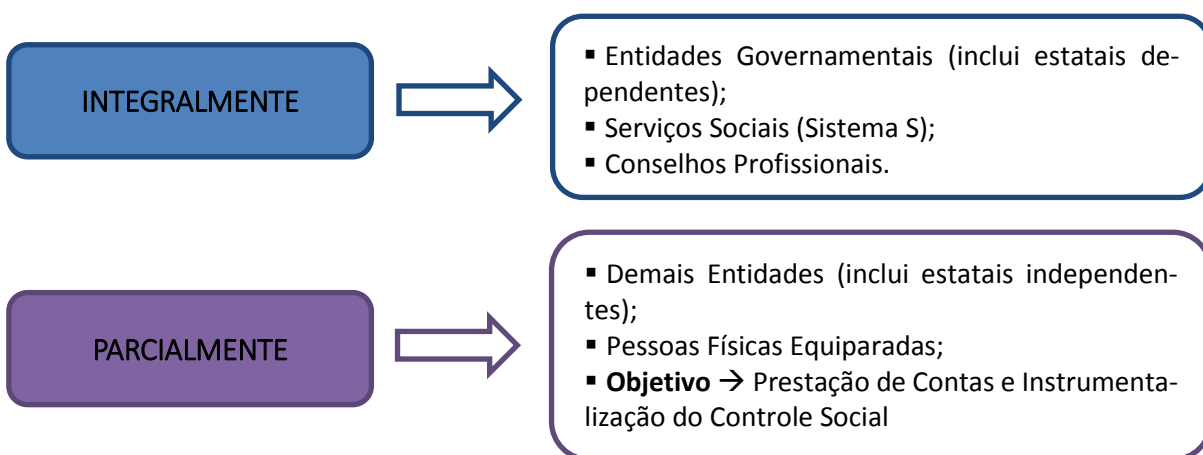
Assim, objetivamente você deve saber o seguinte:



Empresa Estatal Dependente = aplica a CASP integralmente

Empresa Estatal Independente = aplica a CASP parcialmente

Esquemáticamente, temos:



Em nossa página do facebook inserimos uma dica em que comentamos o assunto:



Esse e outros **posts** você encontra na nossa página no facebook (curta!):
www.facebook.com.br/profgilmarpossati

De posse desse conhecimento, vamos analisar a questão.

A questão informa que determinada sociedade de economia mista recebeu, no exercício de 2015, do ente controlador recursos financeiros **destinados ao pagamento de despesas de pessoal e de custeio em geral**, no valor de R\$ 37.500.000,00.

Logo, estamos diante de uma empresa estatal dependente, conforme conceito acima explicado (art. 2º da LRF).

Além disso, como se trata de uma estatal dependente, ela deve aplicar integralmente as regras da Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP). Ademais, por se tratar de uma Sociedade de Economia Mista, aplicam-se, ainda, as regras da Contabilidade Societária (privada).

Gabarito: E

2. (FCC/Analista Judiciário/Contabilidade/TRT20/2016) O Departamento de Contabilidade de um órgão público federal emitiu no mês de novembro de 2016, nota de empenho no valor de R\$ 170.000,00, destinada à aquisição de dois veículos novos. Os veículos foram entregues em dezembro de 2016 e o pagamento será efetuado no mês de fevereiro de 2017. Com relação aos demonstrativos contábeis do exercício de 2016, é correto afirmar que os veículos adquiridos serão evidenciados no:

- (A) Balanço Orçamentário no grupo de restos a pagar.
- (B) Balanço Patrimonial no ativo não circulante.
- (C) Balanço Financeiro no grupo despesas de capital.
- (D) Balanço Orçamentário no ativo imobilizado.
- (E) Demonstrativo das Variações Patrimoniais no grupo de despesas Investimentos.

Pessoal, estamos diante de um fato em que foi empenhado um valor (novembro de 2016), liquidado (dezembro de 2016) e somente será pago em fevereiro de 2017. Logo, o fato configura-se como restos a pagar.

Conforme estudamos na aula 3 do nosso curso:

Os restos a pagar são as despesas empenhadas, mas não pagas até o dia 31 de dezembro, distinguindo-se as processadas das não processadas.

Perceba que o conceito de restos a pagar está ligado aos estágios de execução da despesa (empenho, liquidação e pagamento) classificando-se em restos a pagar processados e não processados.

Os **restos a pagar não processados** decorrem das **despesas empenhadas e não liquidadas**. Representam, portanto, as despesas em que estão pendentes a entrega do bem ou a prestação do serviço, ou seja, o direito do credor ainda não é líquido e certo.

Os **restos a pagar processados** decorrem das **despesas** que foram **empenhadas, liquidadas, mas não pagas**. Representam, portanto, as despesas em que o credor já cumpriu com sua obrigação (entrega do bem ou prestação do serviço) tendo, assim, direito líquido e certo ao pagamento.

Veja que no caso dessa questão estamos diante de um RP processado. Porém, temos que analisar o que a questão solicita...

Veja que ela quer saber **em qual demonstração os veículos adquiridos serão evidenciados**.

Portanto, o foco da questão não está nos restos a pagar, mas sim na evidenciação dos veículos adquiridos, independentemente se eles já foram pagos ou não...

Vamos analisar as assertivas.

a. **Errado**. Apesar de os restos a pagar serem evidenciados no balanço orçamentário no quadro auxiliar próprio para isso, os veículos adquiridos não são evidenciados nessa demonstração contábil. Lembre-se do disposto no art. 102 da Lei nº 4.320/64:

Art. 102. O Balanço Orçamentário demonstrará as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas.

b. **Certo**. Segundo o MCASP, o ativo não circulante compreende os ativos têm expectativa de realização após doze meses da data das

demonstrações contábeis. Integram o ativo não circulante: o ativo realizável a longo prazo, os investimentos, o **imobilizado**, o intangível e eventual saldo amortizar do ativo diferido.

O imobilizado compreende os direitos que tenham por objeto **bens corpóreos destinados a manutenção das atividades da entidade** ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios, os riscos e o controle desses bens.

Logo, percebe-se que os veículos se enquadram dentro do ativo não circulante – imobilizado, grupo evidenciado no balanço patrimonial.

c. **Errado**. Os veículos adquiridos não são evidenciados no balanço financeiro. Lembre-se do que dispõe a Lei 4.320/64:

Art. 103. O Balanço Financeiro demonstrará a receita e a despesa orçamentárias bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extra-orçamentária, conjugados com os saldos em espécie provenientes do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte.

d. **Errado**. Conforme vimos acima, o ativo imobilizado é um subgrupo evidenciado no balanço patrimonial.

e. **Errado**. Os veículos adquiridos não são evidenciados na DVP. Lembre-se do que dispõe a Lei 4.320/64:

Art. 104. A Demonstração das Variações Patrimoniais evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício.

Gabarito: B

3. (FCC/Analista Judiciário/Contabilidade/TRT20/2016) No setor público, classificam-se, respectivamente, como receitas orçamentárias e extraorçamentárias (ingressos extraorçamentários), as transações referentes a

(A) consignações em folha de pagamento e os depósitos em caução para execução de obras públicas.

- (B) arrecadação de impostos e a arrecadação de receita de multas e juros não previstos na Lei Orçamentária Anual –LOA.
- (C) alienações de bens imóveis e os recebimentos de créditos inscritos em dívida ativa.
- (D) amortização de empréstimos concedidos e a contratação de operações créditos por antecipação da receita orçamentária.
- (E) rendimentos de aplicações financeiras e os ganhos com alienação de bens do ativo imobilizado.
-

Na aula 2 do nosso curso destacamos o seguinte:

Pessoal, na prática, para acertar as questões de prova, você deve saber esses exemplos que estudamos de receitas extraorçamentárias. Sabendo isso resolvemos 99% das questões!



Exemplos de receitas extraorçamentárias

- ✓ **Operações de crédito por antecipação de receita orçamentária (ARO);**
- ✓ **Emissão de moeda;**
- ✓ **Outras entradas compensatórias no ativo e passivo financeiros (exemplos: depósitos em caução, fianças e consignações)**

O quadro abaixo resume tudo o que vimos até o momento.

Ingressos de Recursos Financeiros nos Cofres Públicos (Receitas Públicas em sentido amplo)	
Ingressos Extraorçamentários	Receitas Orçamentárias (Receitas Públicas em sentido estrito)
<ul style="list-style-type: none">▪ Representam entradas compensatórias;▪ Recursos financeiros de caráter temporário;▪ Estado é mero agente depositário;▪ Não integram a LOA;▪ Em geral, não têm reflexos no PL da entidade <p>Exemplos: Depósitos em Caução, Fianças, Consignações, Operações de Crédito ARO, Emissão de Moeda e Outras entradas compensatórias</p>	<ul style="list-style-type: none">▪ Representam disponibilidades de recursos;▪ São utilizados para cobertura de despesas;▪ Pertencem ao Estado;▪ Transitam pelo patrimônio;▪ Aumentam o saldo financeiro;▪ Em regra, estão previstas na LOA (Princípio da Universalidade).▪ <i>Serão classificadas como receita orçamentária, sob as rubricas próprias, todas as receitas arrecadadas, inclusive as provenientes de operações de crédito, ainda que não previstas no Orçamento. (Art. 57 da Lei nº 4.320/1964)</i>

- | | |
|--|---|
| | ▪ <u>Ressalvas</u> : operações de crédito por antecipação da receita (ARO); emissões de papel-moeda; outras entradas compensatórias |
|--|---|

De posse desse conhecimento, vamos classificar as rubricas presentes nas opções:

a. **Errado.**

Consignações em folha de pagamento → ingresso extraorçamentário
Depósitos em caução para execução de obras públicas → ingresso extraorçamentário

b. **Errado.**

Arrecadação de impostos → receita orçamentária
Arrecadação de receita de multas e juros não previstos na Lei Orçamentária Anual –LOA → receita orçamentária

c. **Errado.**

Alienações de bens imóveis →
Recebimentos de créditos inscritos em dívida ativa →

d. **Certo.**

Amortização de empréstimos concedidos → receita orçamentária
Contratação de operações créditos por antecipação da receita orçamentária → ingresso extraorçamentário

e. **Errado.**

Rendimentos de aplicações financeiras → receita orçamentária
Ganhos com alienação de bens do ativo imobilizado → receita orçamentária

Gabarito: D

Atenção: Para responder às questões a seguir, considere as seguintes informações:

Balanco Patrimonial de 31.12.2014

Ativo	Valor	Passivo	Valor
Circulante	850	Circulante	430
Não Circulante	1.300	Não Circulante	270
Total do Ativo	2.150	Patrimônio Líquido	1.450
		Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	2.150

Durante o exercício de 2015, a entidade realizou as seguintes transações:

– arrecadação de impostos concomitante ao fato gerador	280
– empenho de despesa com a folha de pagamento	150
– pagamento de restos a pagar (fornecedores) do exercício de 2014	30
– recebimento em doação de duas ambulâncias para os hospitais públicos	90
– uso de material de consumo	80
– arrecadação de juros e multas sobre tributos	40
– empenho de despesa com obrigações patronais	60
– abertura de crédito adicional suplementar por excesso de arrecadação de receitas	30
– empenho de despesa de serviços de manutenção de bens imóveis	70
– arrecadação referente a concessão e permissão de serviços públicos	80
– empenho de despesa com passagem área	30
– arrecadação referente a rendimentos de aplicações financeiras	90
– empenho de despesa referente a juros sobre a dívida de longo prazo	50
– arrecadação de aluguéis	60
– empenho de despesa com aquisição de material de almoxarifado	110
– arrecadação referente a operações de crédito, com vencimento em julho de 2017	120
– empenho de despesa com amortização da dívida de longo prazo	40

Nota:

- Todas as despesas empenhadas no exercício de 2015 foram liquidadas no próprio exercício. Do total das despesas liquidadas no exercício de 2015 foi inscrito em restos a pagar o valor de R\$ 70;
- Os materiais de almoxarifados adquiridos tem previsão de consumo até o final do primeiro semestre do exercício seguinte (2016).

4. (FCC/Analista Judiciário/Contabilidade/TRT20/2016) No Balanço Patrimonial levantado em 31 de dezembro de 2015, o ativo circulante totaliza

- (A) 1.080
- (B) 960

- (C) 970
(D) 1.150
(E) 1.110
-

Efetuando a classificação dos fatos, temos:

Transação	Valor	Impacto no AC
Arrecadação de impostos concomitante ao fato gerador	280	Aumenta
Empenho de despesa com a folha de pagamento	150	Diminui
Pagamento de restos a pagar (fornecedores) do exercício de 2014	30	Diminui
Recebimento em doação de duas ambulâncias para os hospitais públicos	90	Não altera, ANC
Uso de material de consumo	80	Diminui
Arrecadação de juros e multas sobre tributos	40	Aumenta
Empenho de despesa com obrigações patronais	60	Diminui
Empenho de despesa de serviços de manutenção de bens imóveis	70	Não altera, foi para RP
Arrecadação referente a concessão e permissão de serviços públicos	80	Aumenta
Empenho de despesa com passagem aérea	30	Diminui
Arrecadação referente a rendimentos de aplicações financeiras	90	Aumenta
Empenho de despesa referente a juros sobre a dívida de longo prazo	50	Diminui
Arrecadação de alugueis	60	Aumenta
Empenho de despesa com aquisição de material de almoxarifado	110	Diminui
Arrecadação referente a operações de crédito, com vencimento em julho de 2017	120	Aumenta
Empenho de despesa com amortização da dívida de longo prazo	40	Diminui

Cabe ressaltar que estamos considerando os empenhos diminuindo AC, pois o comando da questão informou que foram pagos no exercício, logo diminuem o caixa.

$$\text{AC} = 850 \text{ (saldo inicial)} + 670 - 550 + 110 \text{ (materiais de almoxarifado)}$$

AC = 1.080

Gabarito: A

5. (FCC/Analista Judiciário/Contabilidade/TRT20/2016) As variações patrimoniais aumentativas do exercício de 2015 somam

- (A) 550
- (B) 600
- (C) 640
- (D) 760
- (E) 750

Vamos identificar as VPAs:

Transação	Valor
Arrecadação de impostos concomitante ao fato gerador	280
Recebimento em doação de duas ambulâncias para os hospitais públicos	90
Arrecadação de juros e multas sobre tributos	40
Arrecadação referente a concessão e permissão de serviços públicos	80
Arrecadação referente a rendimentos de aplicações financeiras	90
Arrecadação de alugueis	60
Total	640

Somando-se as Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA) chegamos ao valor de 640.

Gabarito: C

6. (FCC/Analista Judiciário/Contabilidade/TRT20/2016) O patrimônio líquido do Balanço Patrimonial do exercício de 2015 foi de

- (A) 1.770
- (B) 1.700
- (C) 1.650
- (D) 1.620
- (E) 1.530

O PL de 2014 foi de 1.450. Assim, vamos encontrar o valor do resultado patrimonial de 2015 o qual será transferido para o PL. Para encontrar o resultado patrimonial, basta confrontar as VPAs com as VPDs.

As VPAs já identificamos na questão anterior. Agora vamos identificar as VPDs. Como a questão informa que todos os empenhos foram liquidados, devemos considerar os empenhos de despesas efetivas

como VPDs. Vale destacar que os empenhos de despesas não efetivas não devem ser considerados no cálculo, pois não impactam o PL.

Transação	Valor
Empenho de despesa com a folha de pagamento	150
Uso de material de consumo	80
Empenho de despesa com obrigações patronais	60
Empenho de despesa de serviços de manutenção de bens imóveis	70
Empenho de despesa com passagem aérea	30
Empenho de despesa referente a juros sobre a dívida de longo prazo	50
Total	440

Resultado patrimonial = 640 – 440 → 200

PL = 1.450 + 200 → **1.650**

Gabarito: C

7. (FCC/Analista Judiciário/Contabilidade/TRT20/2016) Na Demonstração dos Fluxos de Caixa do exercício de 2015, os ingressos referentes aos fluxos de caixa das atividades de financiamento, foi de

(A) 90
(B) 120
(C) 80
(D) 150
(E) 210

O fluxo de caixa das atividades de financiamento inclui os recursos relacionados à captação e à amortização de empréstimos e financiamentos. Logo, o único fato que afeta esse fluxo é a arrecadação referente a operações de crédito, com vencimento em julho de 2017 no valor de 120,00.

Gabarito: B

8. (FCC/Analista Judiciário/Contabilidade/TRT20/2016) Ao final do exercício de 2015, o balancete do subsistema orçamentário de determinado ente da federação evidenciava as seguintes contas e respectivos saldos contábeis, conforme Plano de

Contas Aplicado ao Setor Público abaixo.

Código da Classe	Contas	Valor
521.10.00.00	Previsão Inicial da Receita	9.850.000
622.13.04.00	Crédito Empenhado Pago	8.500.000
622.11.00.00	Crédito Disponível	650.000
621.20.00.00	Receita Realizada	13.550.000
622.13.03.00	Crédito Liquidado Empenhado a Pagar	550.000
622.13.01.00	Crédito Empenhado a Liquidar	150.000
621.10.00.00	Receita a Realizar	3.700.000
522.11.00.00	Dotação Orçamentária/Crédito Adicional	9.850.000

Considerando os saldos apresentados, é correto afirmar que no Balanço Orçamentário do exercício de 2015, o resultado da execução orçamentária apresentou um superávit de

- (A) 3.800.000
- (B) 4.350.000
- (C) 3.850.000
- (D) 1.350.000
- (E) 3.050.000

O resultado da execução é dado por: Receita executada – despesa executada.

Logo,

Receita executada – despesa executada (Crédito Empenhado Pago + Crédito Liquidado Empenhado a Pagar + Crédito Empenhado a Liquidar):

$$13.550.000 - (8.500.000 + 550.000,00 + 150.000):$$

Superávit ORÇAMENTÁRIO: 4.350.000

Gabarito: B

9. (FCC/Analista Judiciário/Contabilidade/TRT20/2016) A Despesa Líquida com Pessoal, no valor de R\$ 578.580.000 do período de janeiro a dezembro de 2015 de determinado órgão federal, está de acordo com o limite máximo permitido. Segundo a Lei Complementar nº 101/2000:

(A) Serão contabilizados como "Locação de Mão de Obra" os valores

dos contratos de terceirização de mão-de-obra que se referem à substituição de servidores e empregados públicos.

(B) A despesa total com pessoal será apurada somando-se a realizada no mês em referência com as dos onze imediatamente anteriores, adotando-se o regime de caixa.

(C) Na verificação do atendimento dos limites definidos, não será computada a despesa relativa a incentivo à demissão voluntária.

(D) A verificação do cumprimento dos limites será realizada ao final de cada bimestre.

(E) O limite prudencial corresponde a 75% sobre o limite máximo.

Vamos analisar as assertivas.

a. **Errado**. Segundo a LRF,

*Art. 18, § 1º Os valores dos contratos de terceirização de mão-de-obra que se referem à substituição de servidores e empregados públicos serão contabilizados como "**Outras Despesas de Pessoal**".*

b. **Errado**. Segundo a LRF,

*Art. 18, § 2º A despesa total com pessoal será apurada somando-se a realizada no mês em referência com as dos onze imediatamente anteriores, adotando-se o regime de **competência**.*

c. **Certo**. Segundo a LRF,

Art 19, § 1º Na verificação do atendimento dos limites definidos neste artigo, não serão computadas as despesas:

[...]

II - relativas a incentivos à demissão voluntária...

d. **Errado**. Segundo a LRF,

*Art. 22. A verificação do cumprimento dos limites estabelecidos nos arts. 19 e 20 será realizada ao final de cada **quadrimestre**.*

e. **Errado**. Segundo a LRF,

Art. 22. A verificação do cumprimento dos limites estabelecidos nos arts. 19 e 20 será realizada ao final de cada quadrimestre.

*Parágrafo único. Se a despesa total com pessoal exceder a **95% (noventa e cinco por cento) do limite**, são vedados ao Poder ou órgão referido no art. 20 que houver incorrido no excesso:*

Gabarito: C